

**Projeto da hora-atividade entregue.
Confira o artigo de Marta Hammel**

Páginas 6 e 7

**Após dois anos de ausência, Baile dos
Professores terá novidades**

Página 3

Edição 226 |
Setembro de 2022
Publicação do
Sindicato dos Professores
Municipais de Santa Maria

primeira classe



**A EDUCAÇÃO PÚBLICA
COMO PRIORIDADE
NAS ELEIÇÕES**

**O que a Educação defende
(e o que não defende)**

Páginas 4 e 5

“Quem vota pelas infâncias?”

Artigo de Juliana Moreira

Página 5

Articulação pelo auxílio-alimentação

Contracapa

Mudança na assessoria jurídica

Página 2

CARTA AO LEITOR

A DEMOCRACIA REPRESENTATIVA REPRESENTA VOCÊ?

Reportagem recente do site G1 (17/08/2022) mostra o perfil das candidaturas de 2022. Onde 1 em cada 5 candidatos é advogado ou empresário; cresceu o número de policiais e reduziu o número de professores. Certamente não é obra do acaso esse cenário. Num contexto onde armas tem mais valor que livros e o discurso oficial negacionista se sobressai ao da ciência, é inevitável que novos atores se coloquem como vozes representativas da população. Ou seriam apenas vozes representativas de um triste momento histórico nacional?

Dia 02/10 nos reserva o mais importante encontro com as urnas desde a redemocratização do país. Nossas urnas eletrônicas tão atacadas (sem comprovação alguma de falhas de segurança) garantem uma eleição ágil, segura, confiável e inclusiva. Um orgulho nacional. Depositaremos lá nossa esperança e nosso anseio por novos tempos. A educação anseia por ser novamente protagonista para poder transformar a realidade daqueles que dependem dela. A

contradição absurda de um país que se orgulha de alimentar o planeta sem conseguir alimentar seus próprios cidadãos, inserindo novamente o Brasil no mapa da fome, precisa ter fim. Para o Brasil pós-pandemia crianças e adolescentes na escola; emprego e comida na mesa irão balizar as escolhas do dia 02/10.

Retornando a pergunta inicial é admirável nesse contexto podermos ainda contar com candidaturas ligadas à educação e com representantes legítimos do magistério.

Corajosos colegas que se colocam como agentes ativos na defesa da educação pública. Que possamos eleger uma bancada verdadeiramente de educadores e educadoras engajados e qualificados na defesa intransigente de uma educação de qualidade. A escola pública

dá certo com valorização, respeito e estrutura.

Colegas, que a democracia representativa tenha de nós um papel participativo!

Às urnas!

Boa leitura!

A educação
anseia por ser
novamente pro-
tagonista para
poder transformar a realidade
daqueles que
dependem dela

CHARGE DO ELIAS



ESPAÇO JURÍDICO



SINPROSM TERÁ NOVA ASSESSORIA JURÍDICA

O escritório Wagner Advogados Associados deixará de prestar serviços ao Sindicato dos Professores Municipais de Santa Maria a partir de outubro. A rescisão contratual, que já vinha sendo tratada de forma extraoficial entre coordenação e escritório, foi formalizada no dia 10 de agosto. “Após quase cinco anos de serviços jurídicos prestados, muitas lutas travadas e vitórias importantes para os professores, nos deparamos com mudanças legislativas que resultaram na necessidade de redimensionarmos o trabalho realizado pelo escritório”, afirma a notificação da rescisão.

A coordenação definiu algumas medidas para que a entidade e, por consequência, a categoria não fique desassistida juridicamente. Ficou acordado que a prestação de serviço pelo Wagner Advogados continuará até 30 de setembro, sem interrupção no atendimento aos professores nas terças-feiras, no assessoramento direto às demandas da entidade e na visita às escolas neste período restante.

Com isso, foi dado início ao processo de seleção de uma nova banca. O sistema escolhido foi o envio de cartas-convite a escritórios com sede em Santa Maria quem atuam na área do direito do servidor público. O objetivo é ter uma nova assessoria formalmente constituída já para o mês de outubro.

A coordenadora de organização e Patrimônio, Juliana Moreira, explica que alguns critérios serão primordiais. “A assessoria jurídica é muito importante na garantia dos direitos da categoria. Vamos ter muita atenção à competência e ética em sua atuação, o que já exclui vários escritórios que tem buscado se apropriar do trabalho desenvolvido pelo sindicato”, ressalta. A dirigente tranquiliza os professores municipais quanto aos processos que já estão em andamento, haja visto a disposição de Sinprosm e Wagner Advogados da realização de uma transição segura.

CONFRATERNIZAÇÃO

BAILE DOS PROFESSORES, O RETORNO

Para comemorar os 33 anos do Sinprosm e o Dia do Professor, celebração anual estará recheada de novidades



O palco do Floratta terá no dia 15 de outubro o repertório variado da banda Agito Capilar, seguido pela animação do DJ Diego Vaz

Já são dois anos sem a confraternização mais aguardada pelos professores municipais de Santa Maria. Esse período passado em branco, somado às comemorações do Dia do Professor e dos 33 anos do Sinprosm, motiva a realização de uma festa especial em 2022. A coordenação sindical está trabalhando neste sentido e são muitas novidades já confirmadas para o evento, incluindo data e local: 15 de outubro, no Floratta Espaço de Eventos do Clube Atirador Esportivo. O local foi escolhido por dar a possibilidade de ampliar a capacidade, com salões anexos e área externa, sem perder a proximidade do espaço principal.

A organização está sendo feita pela Bianco Nero, que prevê 800 lugares sentados. O buffet estará a cargo do Chef Caco Pereira. Para animar a noite, o palco será da banda Agito Capilar e seu repertório que vai do pop rock ao brega, transitando por diversos estilos. Para fechar a noite, o DJ Diego Vaz comanda a pista. “Vamos comemorar a vida e o orgulho de sermos professores, mesmo com todos os desafios. Estamos trabalhando para fazer uma festa à altura de tudo isso. Os colegas perguntam pelo baile desde o início do ano, tamanha a expectativa por este retorno”, afirma a coordenadora Vera Simon do Monte, coordenadora de Aposentados.

A retirada dos convites começa na quarta-feira (28), no térreo do sindicato. Não haverá reservas e a empresa organizadora será responsável pela entrega, diferentemente das edições anteriores. Outra inovação será a definição prévia das mesas. Ao retirar o convite (pessoal e intransferível), por ordem de chegada, o associado indicará a mesa de sua preferência no croqui, dentre as ainda disponíveis. Na chegada ao Floratta, será conduzido à mesa.

Para acompanhantes não sindicalizados, o valor do ingresso será de 100 reais. Cada ingresso dará direito a um drink da equipe de coquetaria do Bianco Nero.

FILIE-SE JÁ!

WWW.SINPROSM.COM.BR/FILIA-SE

✉ sinprosm@gmail.com
☎ (55) 3025-5458
🌐 www.sinprosm.com.br

📍 Rua André Marques, 418 - Centro, Santa Maria/RS, 97010-041

ELEIÇÕES 2022

O FUTURO DA EDUCAÇÃO PASSA PELAS URNAS

Precisamos escolher candidatos que tenham propostas claras e atuação consistente pelo desenvolvimento da educação



Cortes orçamentários e contingenciamentos são a realidade da educação nos últimos anos. Em 2 de outubro, precisamos levar estes fatos na cabeça e na urna

A educação é uma das principais pautas em todas as eleições. Porém, passado o pleito eleitoral, não é isso que acontece em grande parte dos poderes executivos e parlamentos do Brasil. Pelo contrário: a escola pública e seus trabalhadores são atacados diuturnamente. Cortes de verbas deixam milhares de crianças e jovens sem escola de qualidade e a desvalorização dos profissionais da educação - aliada às políticas de privatização e mercantilização do ensino público - com-

prometem a oferta pública educacional.

A CNTE e seus sindicatos filiados (dentre eles o Sinprosm) lutam em defesa da escola pública e de seus profissionais. Também defendem a democracia, o Estado de Direito e a Constituição Federal, que têm sido vilipendiados nos últimos tempos. E é com base nesses princípios que apresentamos às comunidades escolares algumas pautas centrais de interesse da educação pública e de seus profissionais, para que sejam debatidas

nas escolas e na medida do possível com os próprios candidatos e candidatas à Presidência da República, governos estaduais, Senado e deputados federais e estaduais.

Inspirados em Paulo Freire, patrono da educação brasileira, fazemos das eleições 2022 um espaço de conquistas e de escolhas de representantes comprometidos com a Escola Pública, gratuita, democrática, emancipadora, popular, laica, de qualidade social e para todos e todas.

O QUE DEFENDEMOS

- Escola inclusiva, integral na etapa obrigatória (4 a 17 anos) e para todos/as, sem preconceitos e discriminações de quaisquer ordens, com atenção especial às pessoas com deficiência, aos analfabetos literais, aos jovens e adultos que não completaram a educação básica (cerca de 80 milhões de pessoas), às mulheres, às populações negra e LGBTQIA+ e às comunidades quilombolas, indígenas, ribeirinhas e do campo.
- Gestão Democrática e Currículo emancipador, humanístico e voltado à profissionalização e ao acesso de todas as classes sociais à universidade pública e gratuita, respeitando-se as políticas de

cotas como forma de combater as históricas desigualdades de classe, de raça e de gênero no Brasil.

- Cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação - PNE e dos respectivos planos estaduais e municipais, quase todas ignoradas pelas políticas ultraneoliberais, sobretudo pela Emenda Constitucional nº 95 (Teto de Gastos Sociais) e pela desvinculação do Fundo Social do Pré-sal, que retiram recursos da educação e de outras políticas públicas.
- Financiamento compatível para todos os níveis, etapas e modalidades da educação (meta 20 do PNE), com imediata aprova-

ção do Sistema Nacional de Educação, do Custo Aluno Qualidade e da Política Nacional de Avaliação da Educação Básica, com foco nas experiências escolares, nos níveis socioeconômicos dos estudantes e nas condições de trabalho nas escolas.

- Cumprimento integral da lei do Piso do Magistério (valor e jornada extraclasse), da Formação Inicial e Continuada (Decreto nº 8.752/2016) e regulamentação do Piso Nacional para os Profissionais da Educação e das Diretrizes Nacionais de Carreira para professores/as, especialistas e funcionários/as da educação, à luz do art. 206, V e VIII da Constituição Federal e das metas 16 a 18 do PNE.

ELEIÇÕES 2022

O QUE NÃO DEFENDEMOS

→ Cortes e contingenciamentos orçamentários que impedem os investimentos nas escolas, institutos federais e universidades públicas. Entre 2015 e 2021, o MEC e o FNDE perderam cerca de 40 e 30 bilhões de reais, respectivamente, e o repasse de verbas ficou condicionado a práticas antir-republicanas. Por isso a CNTE é a favor da CPI do MEC!

→ Gestão privada de escolas públicas e a transferência de recursos públicos para instituições particulares, como ocorre na antirreforma do Ensino Médio e na recente alteração do FUNDEB. São medidas que beneficiam agentes privados e desresponsabilizam os gestores públicos e que no longo prazo reduzirão o número de escolas públicas e seu corpo funcional, afetando a escolarização dos mais vulneráveis. Defendemos recursos públicos para a educação pública!

→ Reforma do Ensino Médio que

transfere dinheiro e matrículas das escolas públicas para a rede privada, esvazia o currículo, estimula a demissão e/ou remoção de professores e funcionários das escolas, restringe o acesso de milhares de jovens das classes populares ao ensino superior e não garante a oferta de todos os itinerários formativos aos estudantes na maioria das escolas do país.

→ Militarização de escolas públicas que compromete a gestão democrática, a pluralidade do ensino, o trabalho pedagógico emancipador e o acolhimento humanizado. Além de não melhorar os índices de violência dentro e no entorno das escolas, a militarização expõe a comunidade escolar a perseguições, assédios, agressões e evasão de estudantes “não desejáveis” pelos padrões militares. A pedagogia é ciência e profissão e a escola pública é direito de todos!

→ Educação Domiciliar (homeschoo-

ling) e Lei da Mordaza (“Escola sem Partido”). Ambas agem contra a liberdade de aprender, ensinar e o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas assegurados na Constituição. O Homeschooling expõe crianças à violência e à desprofissionalização pedagógica e a Mordaza tenta eliminar temas curriculares sobre gênero, orientação sexual e inúmeros preconceitos que geram violência e exclusão sociais. Pela reformulação da BNCC e sua correta adequação aos currículos escolares.

→ Reforma Administrativa (PEC 32/2020) com privatização dos serviços públicos. A proposta admite a gestão direta de todas as escolas por entidades e empresas privadas, inclusive a contratação de pessoal sem concurso público e sem acesso aos planos de carreira. Também possibilitará a demissão em massa dos atuais servidores estáveis. Trata-se de um projeto que destruirá os serviços públicos e prejudicará o atendimento básico à maioria da população.

Quem vota pelas infâncias?

A Semana Municipal da Educação Infantil, instituída pela Lei Municipal nº 5.798/2013, foi criada para valorizar e celebrar a Primeira etapa da Educação Básica. Direito assegurado a toda e qualquer criança, embora nem sempre garantido, a Educação Infantil é o espaço em que primeiro se sai da esfera privada, do contexto exclusivamente familiar, para a esfera pública, passando a conviver e participar em um espaço coletivo de aprendizagem junto de seus pares, de suas professoras e professores.

A infância é uma fase crucial no desenvolvimento humano e o cuidado com as crianças é uma responsabilidade que deve ser compartilhada pela família, o Estado e toda a sociedade, pois não há possibilidade de construirmos um futuro social e economicamente sustentável para o País sem a proteção e a garantia de seus direitos.

Aproveitando esse momento de celebração da primeira etapa da Educação Básica e das Infâncias, lembramos que, na úl-

tima semana, os candidatos à Presidência da República apresentaram seus Planos de Governo para os próximos quatro anos. É importante atentar para essas declarações. Como os candidatos contemplam a primeira infância em seus projetos? Como se referem aos direitos das crianças? Como abordam as questões concernentes às infâncias?

Vamos estender essa reflexão para muito além da educação, que é um direito fundamental e que hoje, muitas crianças, especialmente na faixa etária dos 0 aos 3 anos, ainda não têm acesso. É preciso estar atento a como se referem também a outros direitos essenciais, tais como geração de renda e emprego, segurança alimentar, saúde materno-infantil, saneamento básico, habitação, esporte, lazer, como tratam as questões ambientais, as questões indígenas, de gênero e raça, enfim, debates que precisam ser feitos com profundidade e respeito e que são de todos os cidadãos mas, em se tratando das infâncias brasilei-

ras, se tornam ainda mais importantes, em função de que, a garantia dos direitos fundamentais das crianças hoje é a garantia do nosso próprio futuro como Nação.

Quando formos às urnas, além de estarmos exercendo o direito de escolher democraticamente o projeto de País, de Estado no qual acreditamos, temos o dever cívico de honrar as infâncias. Nós somos os responsáveis por colocar em primeiro lugar o melhor interesse dos meninos e meninas do Brasil. Então, informem-se, busquem conhecer os planos de governo, procurem saber como os candidatos aos diferentes cargos eletivos se manifestam em relação aos direitos das crianças. Nós votamos pelas infâncias. Precisamos escolher com muita responsabilidade e consciência.

* Artigo de Juliana Correia Moreira, coordenadora de Organização e Patrimônio do Sinprosm e coordenadora pedagógica da EMEI Luizinho de Grandi

ARTIGO

O LONGO ESPERANÇAR PELO RECONHECIMENTO E VALORIZAÇÃO DOCENTE

Ilustração: Elias

O piso salarial profissional nacional é uma luta histórica de professoras e professores. Esta conquista, instituída na forma da Lei, mas ainda não cumprida, foi construída a partir dos diversos movimentos sociais, das lutas da categoria e inscrita nos documentos legais ao longo da história. A qualidade educacional almejada para a educação básica, que se transmute em desenvolvimento integral da sociedade brasileira virá, também, como consequência da valorização efetiva de suas educadoras e educadores, traduzida em carreira, jornada e piso salarial.

A luta por este direito nunca cessou. Nossa história mais recente registra a corporificação desta prerrogativa no artigo 206 da Constituição Federal (CF/1988), ratificada no artigo 67 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/ 1996), assegurada na Lei do Piso Salarial do Magistério (2008) e pacificada, na sua integralidade, pelo Supremo Tribunal Federal (STF) somente em junho de 2020.

O Plano de Carreira do Magistério Municipal de Santa Maria (2003), no seu artigo 22, tem previsto na jornada semanal docente a hora atividade, definida como espaço “(...) reservado para estudos, planejamento e avaliação do trabalho didático, bem como para o atendimento de reuniões pedagógicas” (Santa Maria, 2003). Do mesmo modo o Plano Municipal de Educação (2014-2024), na Meta 17, estratégia 17.2, avaliza: “...o piso salarial nacional profissional, aplicando a atualização da remuneração no primeiro nível do Plano de Carreira Municipal, tendo como data base o mês de janeiro de cada ano; um terço da carga horária para horas-atividades; apoio pedagógico; equipe multidisciplinar e tudo o que venha a repercutir em melhores condições de trabalho, gradativamente até o final do primeiro triênio da vigência do PME; (SANTA MARIA, 2015).

O espaço-tempo destinado à hora atividade na educação básica da rede pública, “...pode ser comparado ao diagnóstico de um Raio-X, pois é neste período que paramos para refletir sobre nossos avanços e mazelas, olhamos para as práticas, alimentamos de conhecimento nossas ações, encontramos os pares e nos fortalecemos para dar continuidade ao processo em desenvolvimento.” (Aguiar & Furtado, 2019) Este período vem, também, no intuito de abrandar as condições exaustivas da jornada de trabalho docente: planejar, pesquisar, avaliar, fazer registros, qualificar-se, compartilhar experiências, definir as estratégias e recursos para a ação, entre outros.

No Município de Santa Maria/RS, a carreira docente foi regulamentada em Plano de Carreira no ano de 2003. No entanto, a jornada e o piso salarial instituídos nacionalmente não são levados a efeito, pois a Prefeitura Municipal não



cumpra a Lei 11780/2008. O valor definido anualmente como piso – DEVE ser aplicado no primeiro nível da carreira que prevê a formação em nível médio. Sobre este valor inicial repousam todos os demais benefícios advindos de formações acadêmicas de graduação e pós-graduação concluídas pelas professoras e professores. Tampouco a jornada definida pela mesma lei é respeitada, ou seja, dois terços de interação com estudantes e um terço reservado para a hora atividade.

Recentemente, no ano de 2018, o SINPROSM mais uma vez tensionou a Secretaria de Município da Educação para a implantação efetiva da hora atividade. A partir deste movimento, constituiu-se um grupo de trabalho envolvendo a SMEd, o Conselho Municipal de Educação, representação de direção das Escolas e o Sindicato. Interrompidos parcialmente pelo contexto da pandemia da COVID-19, os encontros foram retomados em março de 2022, já na conjuntura da pacificação da Lei do Piso pelo STF. O Grupo de trabalho, denominado “Comitê” por portaria interna da secretaria, foi ampliado, agregando representantes de todas as modalidades da educação municipal. Foram criadas subcomissões de trabalho visando aprofundar estudos e proposições para a Educação Infantil, Anos Iniciais e Anos Finais do Ensino Fundamental. Transcorridos cinco meses de atividades, ao final de julho, o projeto lapidado pelo Comitê foi apresentado ao Executivo Municipal.

Com a palavra a gestão municipal, que tem a sua frente o Prefeito e a Secretária de Educação em seu sexto ano de mandato e atuação. Dificuldades? Limites? Sim, somos sabedores da complexa tarefa que urge ser realizada. Porém, temos clareza de que a educação é o maior e mais fecundo dos investimentos. Assim como claro está o direito de cada educadora e educador, assegurado pela legislação, seja com o tempo-relógio que trará retornos imediatos revertidos em qualidade da educação para toda comunidade, seja com indenizações ju-

diciais de remuneração pelo direito sonegado.

Neste tempo histórico, em que estamos vivenciando e esperando o processo democrático de escolha das lideranças no Executivo e Legislativo nacionais e estaduais, atentemo-nos para a análise da atuação de cada candidata e candidato e da agremiação que representam. Que falas apresentam sobre a educação e educadores? Que propostas trazem? Que percurso traçaram para a educação nas posturas que assumiram em votações? É hora da avaliação! Façamos das eleições 2022 um espaço para a eleição de representantes e projetos autenticamente comprometidos com a Educação Pública, Gratuita, Democrática, Emancipadora, Popular, Laica, de Qualidade Social e, para todas e todos. Educadoras e Educadores: à vigília, à luta sempre.

Marta Hammel

*Coordenadora de Finanças do Sinprosm
Mestre em Educação nas Ciências,
Professora Municipal de Ciências*

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Maria Aparecida Lapa de, FURTADO, Anésia Maria Martins. A Hora Atividade: A Conquista de um Direito e seu Contexto Histórico. Revista Humanidades e Inovação v.6, n.10 - 2019

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 9/2009 - Revisão da Resolução CNE/CEB nº 3/97, que fixa Diretrizes para os Novos Planos de Carreira e de Remuneração para o Magistério dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

PIMENTA, Selma Garrido. De professores, pesquisa e didática. Campinas, SP: Papirus, 2002

SANTA MARIA. Plano Municipal de Educação. LEI No 6001, de 18 de agosto de 2015.

HORA-ATIVIDADE

PROJETO ENTREGUE AO PREFEITO. DEPOIS DISSO, O SILÊNCIO

Grupo de trabalho entregou projeto em 21 de julho. Em dois meses, o silêncio só foi quebrado por questionamentos do Sinprosm

A estrutura pedagógica para a implantação da hora-atividade na rede municipal de educação de Santa Maria foi entregue em 21 de julho ao governo municipal, representado pelo prefeito Jorge Pozzobom, vice-prefeito Rodrigo Décimo e procurador-geral Guilherme Cortez.

O grupo de trabalho, formado por Sindicato dos Professores Municipais de Santa Maria, Secretaria de Educação, Conselho Municipal de Educação e representantes de direções escolares, formatou o projeto no sentido de garantir a hora-atividade aos professores e ofertar novidades dentro dos currículos escolares, adequadas às características das diferentes etapas do ensino básico. As professoras Juliana Moreira e Marta Hammel, coordenadoras de Organização e Patrimônio e de Finanças, representaram o Sinprosm no grupo.

Segundo Juliana Moreira, o Sinprosm contribuiu com ideias no sentido de garantir esse direito à categoria, mas pensando também no desenvolvimento da educação. “Só chegamos neste ponto pela insistência da categoria, desde 2018, em lutar pelo cumprimento integral da Lei do Piso. Agora temos algo concreto, que está na mão do prefeito e a ele cabe criar condições para que seja colocado em prática. Vamos continuar mobilizados com este objetivo”, garante.

No projeto-piloto, existe a previsão da criação de ateliês para a educação infantil, com a contratação de pedagogos e professores especialistas em diferentes áreas, como educação ambiental, robótica, artes e educação física, para a formação de equipes itinerantes. No ensino fundamental, a estrutura curricular sofrerá modificações, com base em portarias da rede estadual, incluindo



Na reunião em 21 de julho, Pozzobom chegou a usar o adesivo da campanha Hora-Atividade Já

componentes como educação física, robótica, artes, línguas estrangeiras, dentre outras, com a função de atender turmas nos períodos em que os professores estarão em hora-atividade. Para os anos finais, haverá a adequação da carga-horária, contemplando a distribuição prevista em lei. Inicialmente seriam professores contratados temporariamente, cargos que seriam criados na estrutura do município e posteriormente ocupados por concurso público específico.

E DEPOIS?

Com a finalização da formatação pedagógica, a gestão municipal passou aos estudos de impacto financeiro e orçamentário. No entanto, desde então, a única informação chegou após questionamentos do Sinprosm.

Os setores responsáveis pela gestão pedagógica, financeira e de pessoas das Secretarias de Educação, de Finanças e de Administração e Gestão de Pessoas encontram-se em trabalho conjunto a fim de analisar possibilidade viáveis de diferentes propostas”, traz um ofício em resposta ao Sinprosm. Conclui dizendo que “assim que houver novos encaminhamentos, no sentido de solução, os diferentes setores envolvidos serão informados”.

A categoria não ficou de braços cruzados. Conforme definido em assembleia, o Sinprosm veiculou durante o mês de agosto a campanha “Hora-Atividade Já”, em outdoor, rádio e TV. Outras estratégias políticas e de comunicação estão em andamento.

Conforme definido em assembleia, o Sinprosm veiculou durante o mês de agosto a campanha “Hora-Atividade Já”, em outdoor, rádio e TV. Outras estratégias políticas e de comunicação estão em andamento.

HOMENAGEM

Sinprosm propõe nome de Circe Rocha para nova EMEI

O Sinprosm entregou à secretária municipal de Educação, Lúcia Madruga, e ao prefeito Jorge Pozzobom, ofício em que propõe homenagem à professora Circe Terezinha da Rocha dando nome a uma das três escolas de educação infantil em construção pelo município.

Circe Terezinha da Rocha, falecida em janeiro de 2022, escreveu uma história de luta em favor da educação pública e dos direitos dos professores em Santa Maria desde a antiga Associação dos Professores Municipais (APM), no final dos anos 70, passando pela fundação do Sinprosm em 1989, onde participou das primeiras gestões. Foi eleita vereadora em 2000 pelo Partido dos Trabalhadores, exercendo um man-

dato, optando por não buscar a reeleição. Mesmo afastada da coordenação sindical, sempre esteve presente nas lutas da categoria e na vida política de Santa Maria. Professora de História, atuou em diversas escolas, dentre as quais as EMEF's Fontoura Ilha, Dom Luiz Victor Sartori, Martinho Lutero e Duque de Caxias, ocupando também o cargo de coordenadora pedagógica.

“Entendemos que essa homenagem seja justa, por tudo que ela construiu enquanto educadora e mulher pública. Consultamos previamente a família e dialogamos informalmente com a gestão municipal, que sugeriu a formalização”, relata a coordenadora de Organização e Patrimônio Juliana Moreira.



AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO PERDEU 47,5% DO PODER DE COMPRA

Estudo encomendado pelo Sindicato dos Professores Municipais de Santa Maria ao professor Ricardo Rondinel, economista Professor do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria, comprova o que a gôndola dos supermercados já demonstrava: o valor do auxílio alimentação pago pela Prefeitura Municipal ao seus funcionários se esvai a cada dia.

O último reajuste no benefício aconteceu em junho de 2014, retroativo a março do mesmo ano, ainda no governo de César Schirmer. Nos últimos oito anos, seis dos quais sob gestão de Jorge Pozzobom, nem um real foi acrescentado. Com isso, a perda real, segundo a análise do professor Rondinel, chega a 47,5%. Considerando a variação dos preços dos alimentos nos domicílios calculados pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), para retomar o poder de compra daquela data, o valor deveria ser de R\$ 642,05, representando um reajuste de 113,25%. O auxílio alimentação atualmente recebido está em R\$ 301,08.

Ao Sinprosm, Pozzobom garantiu que haveria reajuste no auxílio alimentação em um futuro próximo. Em 3 de junho, sob questionamento dos coordenadores sindicais, deu um prazo para que o índice do reajuste fosse apresentado. “A data era julho. Já estamos na segunda semana de agosto e não temos nenhuma posição do prefeito ou de alguém do governo. Enquanto isso, os preços só sobem. O auxílio hoje paga 10 reais por dia, uma vergonha”, lembra a coordenadora de Organização e Patrimônio,



Sinprosm e Municipários articulados para lutar pelo reajuste do auxílio-alimentação

Juliana Moreira.

A situação, entende o coordenador de Comunicação e Formação Sindical do Sinprosm, Rafael Torres, demonstra o perfil do governo do prefeito Jorge Pozzobom na relação com o servidor, e principalmente, com os professores. “Além de não cumprir a Lei do Piso no salário e na hora-atividade, simplesmente ignora essa perda imensa a todos os servidores. Esse dinheiro vai para a cidade, nos mercados e comércio local. São oito anos, não existe explicação razoável para esse absurdo”, destaca.

PAUTA CONJUNTA

Os Sindicatos dos Professores Municipais

de Santa Maria e dos Municipários encaminharam em agosto solicitação de agenda com o prefeito Jorge Pozzobom para reivindicarem conjuntamente o reajuste do auxílio alimentação. O presidente do SMSM, Renato Costa, e a secretária Vivian Serpa estiveram reunidos com a coordenação do Sinprosm para o alinhamento de movimentos. Até o final de setembro, a solicitação não havia sido respondida pelo Gabinete do Prefeito.

O assunto também deve ter movimentação na Câmara de Vereadores. A Comissão Permanente de Políticas Públicas, Assuntos Regionais e Distritais (CPPARD) deve pautar o assunto nos próximos dias, com a participação das entidades sindicais.

SINDICATO DOS PROFESSORES
MUNICIPAIS DE SANTA MARIA

Sinprosm

A FORÇA DOS EDUCADORES

Primeira Classe é uma publicação bimestral do
Sindicato dos Professores Municipais de Santa Maria

CNPJ: 92458835/0001-08
Rua André Marques, 418. CEP: 97010-040
Santa Maria - RS
Contato: (55) 3025-5458



PRODUÇÃO, FOTOGRAFIA,
REDAÇÃO, REVISÃO E
DIAGRAMAÇÃO:

Paulo André Dutra - MTB 13.987

Impressão: Jornal Gazeta do Sul
Tiragem: 2.650 exemplares

COORDENAÇÃO:

Organização e Patrimônio: Juliana Corrêa Moreira
Aposentados: Vera Terezinha Simon do Monte
Comunicação e Formação Sindical: Rafael Torres
Finanças: Marta Hammel
Educação Infantil: Deise da Silva
Escolas do Campo: Lenir Keller